

Empresas demitem para mudar política

As empresas vão intensificar as demissões dos empregados com o objetivo de forçar o governo a mudar sua política econômica. A revelação foi feita pelo Relatório Reservado que está circulando esta semana. Segundo a publicação especializada, a Metal Leve, a Perkins e a Cofap estão comandando o projeto de dispensas, que poderão atingir até 50 mil empregados.

Outros números, revelados pelo DIESE, indicavam que já em agosto existiam 774 mil desempregados e um milhão 115 mil subempregados, contra 3 milhões 410 mil assalariados em atividade. Em sua matéria, o **Relatório Reservado**, publica também números revelando que o trabalhador brasileiro é o mais mal pago na tabela das empresas multinacionais. E o mesmo número garante que o Presidente Figueiredo pode reaquecer a economia, ao voltar.

A matéria que revela as manobras dos empresários paulistas é a seguinte:

"A Metal Leve, a Perkins e a Cofap são algumas das empresas de S. Paulo que pretendem demitir funcionários até o final do ano. As primeiras dispensas de trabalhadores deverão atingir,

em bloco, 10 mil pessoas, podendo estender-se a 50 mil até 31 de dezembro, segundo estimativas de diretores da Fiesp.

Este número é bem superior às avaliações feitas pelo presidente da Fiesp, Luis Eulálio Vidigal, que estimou em 20 mil o total das demissões a ocorrerem até o final do ano.

A ameaça de um maior desemprego este ano é a principal arma de pressão dos empresários paulistas sobre o Governo, para que este altere os rumos atuais da política econômica. É o que eles chamam de "estratégia de enoquo", para sensibilizar as autoridades quanto à necessidade de serem reativados, pelo menos, alguns dos setores mais representativos da indústria instalada em São Paulo.

Galvêas resiste. As maiores resistências aos programas de emergência para combater o desemprego partem, atualmente, do ministro da Fazenda, e não do ministro do Planejamento. Ernane Galvêas argumenta que não dispõe dos Cr\$ 40 bilhões necessários para financiar os programas em exame.

Os estudos já foram encaminhados ao Presidente Aureliano Chaves e dão prioridade à construção de casas populares e à realização de serviços públicos. Eles foram elaborados por técnicos da Secretaria de Planejamento e do Ministério do Trabalho, de forma muito afinada."